

10-X-1922

AG 3.2.6.2.18

A REFORMA DAS TARIFAS

A ultima tentativa de reforma das tarifas alfandegarias dorme tranquilla, no Senado, desde dezembro de 1920. São, portanto, decorridos dois annos. O somno é longo, e não vemos symptomas de despertar tão cedo.

O projecto, que passou na Camara dos Deputados, e deu fundo no Senado, resultou de estudos organizados pelo ministro Homero Baptista, em que tomaram parte competencias aduaneiras. Reduzidos os estudos a um ante-projecto, veiu este ao legislativo, sob os auspicios do governo, que se mostrou empenhado pela sua passagem. Parecia, pois, destinado a melhor sorte.

Presente á Camara dos Deputados, esta, para examinal-o, nomeou uma commissão especial, que se entregou logo a trabalho effectivo, celebrando sessões consecutivas, a que assistiram e em que se fizeram ouvir interessados na reforma, sobretudo industriaes. Defenderam estes largamente seus interesses. Além disso, a commissão recebeu varias representações de classes e de individuos, que livremente se manifestaram, conforme lhes aconselhavam suas conveniencias. Assim, a commissão teve a collaboração dos fabricantes de tecidos, dos industriaes da seda, dos importadores de machinas, dos manufactores de roupas, dos productores de especialidades pharmaceuticas, dos fabricantes de louça e vidros, dos fabricantes de botões, etc., etc. Nunca se tinha visto, entre nós, materia legislativa tão amplamente estudada e com a collaboração tão activa e affectuosa daquelles a quem dizia respeito o assumpto, e que foram attendidos em muitos pontos. Foi um trabalho exaustivo. As reuniões da commissão eram quasi diarias e não raro seus trabalhos foram pela noite a dentro até alta madrugada.

Todo esse esforço deu em nada. Lá está o projecto encajado, no Senado, porque assim o quizeram os industriaes, maximé os fabricantes de tecidos, que de tal sorte organizaram suas forças e empregaram seus largos meios de acção que conseguiram a manutenção do "statu-quo" que lhes é tão proveitoso. Tinham, na Camara, concordado com as reduções na tarifa, o que faria acreditar que no Senado não teriam mais que fazer, de modo que parecia que a passagem da reforma nessa casa do Congresso se daria sem demora e sem difficuldades. Parecia assegurado seu exito. Tal, porém, não se deu. Perceberam que poderiam obter melhor que a reforma nos termos votados pela Camara, que era nenhuma reforma. E foi o que se deu. Dois annos já usufruiram das tarifas que fazem suas delicias, e esperam que tão boa situação continue, sacrificando embora os consumidores, o interesse do paiz, que exige a modificação do seu ultra-proteccionismo, regalo de uma classe que é a mais prospera e dinheirosa, que se ufana de contar as fortunas mais rapidamente realizadas no paiz, e por isso é a dominadora.

E' de notar que não é só esta reforma que no Senado descansa, e, talvez, mais provavelmente, dorme somno eterno. Lá estão sem andamento, além da reforma das tarifas, a do Montepio, a do Código do Processo Commercial e muitos outros projectos de interesse geral. Taes reformas são reformas urgentes. Vizam corrigir defeitos e preencher lacunas muito sentidas, para satisfazer necessidades do bem publico. Além da solução de problemas urgentes, muitas concorreriam para o augmento das nossas receitas. Com ellas as rendas publicas subiriam, consideração que deveria pesar no animo dos legisladores num momento em que se teme, com razão, que as rendas que possam ser arrecadadas não dêem para cobrir o enorme "deficit" que se desenha no futuro exercicio.

Sabe-se que as commissões e delegações estrangeiras que vieram prestar ao Brasil o preito de amizade e estima de suas nações no centenario de sua Independencia voltaram impressionadas com os óbices creados pela nossa pauta aduaneira ao intercambio entre os seus paizes e o nosso. Já se tornaram publicas, por exemplo, as observações nesse sentido, verdadeiras queixas, do general Caviglia, representante da Italia. De que nos serviu, ponderaram outros, vir tomar parte na Exposição, dar-nos ao trabalho de trazer os nossos productos para serem expostos, dando maior brilho ao certamen brasileiro, se muitos delles não poderão entrar no Brasil, porque as suas portas lhes estão trancadas pelos impostos de importação, muitos delles prohibitivos? Ninguem dirá que as queixas não tenham fundamento. Ao contrario, a não serem brasileiros ou estrangeiros aos quaes aproveite esta ordem de coisas, todos acharão que são procedentes.

Demais, temos interesse em que os productos nacionaes não sejam rigorosamente taxados nas alfandegas estrangeiras, como muitos realmente o são. Estremecemos, com razão, sempre que os vemos ameaçados de direitos de entrada ainda mais elevados.

O nosso grande producto, a nossa maior riqueza, o café, já soffre, em muitos paizes, impostos alfandegarios e de consumo que o tornam, pelos altos preços por que é vendido, artigo de luxo. Muitos paizes estão empregando esforços para desenvolver as plantações da preciosa rubiacea em suas colonias. O Congo, por exemplo, promete supprir, em breve tempo, os mercados francezes, que então já não absorverão a quantidade que recebem actualmente do Brasil. Será, talvez, exagerado prognosticar a sorte da

borracha para o café. Mas, sem duvida, o nosso póde dizer-se monopolio está ameaçado de desaparecer. Como então, para salvá-o, pretender que os estrangeiros reduzam os direitos de entrada do café, quando as nossas tarifas aduaneiras carregam sobremodo seus productos, a tal ponto que a muitos delles fecham os nossos mercados?

O que se dá com o café dá-se tambem com o fumo e com outros artigos de nossa produção. Precisamos, pois, acautelar o futuro, assegurar a nossa exportação. Mas, para isso, temos forçosamente de abrir mão do nosso exaggerado proteccionismo. Para obter concessões temos tambem que as fazer. O Brasil não é só industrial. E' tambem e principalmente agricola e dispõe de outras riquezas naturaes. Cumpra resguardal-as e protegê-las.

O cinema acaba de ser applicado